

Credores não temem Brizola

por Vera Saavedra Durão
do Rio

A maioria dos bancos credores do Brasil parece ter preferência por Fernando Collor de Mello para presidente da República. O engenheiro Leonel de Moura Brizola não seria, porém, mal visto. Há até quem aposte ser mais fácil negociar a dívida externa com Brizola do que com Collor de Mello. Já Lula assusta os banqueiros por ser uma "incógnita" e por suas idéias de nacionalizar os bancos e declarar moratória. O que seria, nas palavras desses representantes do capital financeiro internacional, "muito desagradável".

As preferências políticas dos banqueiros estrangeiros, entrevistados por este jornal, não são, porém, radicalmente contra nenhuma das correntes políticas de esquerda, com chances de vitória na eleição. Nem parece haver a tendência

de preferir a direita, por quem, segundo esses porta-vozes, nutrem alguma desconfiança. O governo Sarney é da direita e, na avaliação de um graduado funcionário de banco americano, não foi interessante para os bancos credores.

Esse executivo lembra que, além de ter decretado moratória da dívida externa em fevereiro de 1986, desde julho último o "governo do PDS" parou de pagar juros aos credores, levando inúmeros bancos a aumentar suas reservas como medida defensiva para evitar futuros prejuízos. Em alguns casos, principalmente da parte de bancos suíços, alemães e ingleses, a decisão tomada foi de "encampar" os prejuízos com a dívida brasileira, jogando-a em crédito de liquidação e fazendo provisões. Mas, em contrapartida, fechando seus cofres para o Brasil.

Com as eleições presi-

denciais, os bancos internacionais entendem ter sido redesenhado o mapa político do País, com a entrada em cena de novas forças à esquerda, antes excluídas do cenário político. Nele, como analisa um graduado funcionário de um banco credor norte-americano, haveria necessidade de uma postura "polivalente". "Hoje não é mais suficiente estar bem com o Delfim Netto", diz ele. E argumenta que seria preciso buscar entendimentos dentro de espectro político ideológico mais amplo. O primeiro passo nesse sentido, como recorda, foi dado com o convite de bancos e empresas multinacionais aos conselheiros econômicos de seis candidatos para irem a Nova York debater seus programas econômicos.

Os porta-vozes dos bancos estrangeiros acreditam mais na viabilidade de negociação da dívida com a

nova equipe econômica, por considerarem que também não interessa ao País romper com o sistema financeiro internacional. Os esquemas de acerto poderiam ser vários: uma suspensão do pagamento da dívida por dois anos, com capitalização dos juros, como ocorreu no governo de Campos Salles. Com isso, o Brasil acumularia US\$ 20 bilhões (US\$ 10 bilhões ao ano) e poderia usar esse dinheiro para comprar parte de sua dívida no mercado secundário. Também poderia trocar dívida por bônus, como já fez anteriormente, ou privatizar empresas.

Para os credores, a dívida externa é pagável, sem maiores problemas para o País. Seus temores se concentram mais, nos dias que correm, na dívida interna, confessam seus porta-vozes. Uma moratória da dívida interna desorganizaria toda a economia, alertam seus porta-vozes.